



Nome: _____

Prefeitura Municipal de Araraquara – SP
Concurso Público – 004/2023



410 – AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO – AFTM –
PROVA 01

PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova é de **4h30min**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida uma hora do início da aplicação das provas.
9. Você também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
 - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										



**410 – AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - AFTM – PROVA 01****LÍNGUA PORTUGUESA****TEXTO****O QUE É UM CAFÉ ARÁBICA?
CONHEÇA SUAS CARACTERÍSTICAS E
COMO É CLASSIFICADO**

Você que ama tomar aquele cafezinho já sabe que a bebida é feita com os grãos torrados da fruta do cafeeiro, certo? No entanto, também é importante saber que nem toda fruta é igual.

Assim como existem diferentes espécies de uvas – como *pinot noir*, *malbec* e *cabernet sauvignon* – que dão características distintas aos variados tipos de vinhos, o café também possui variadas espécies de frutas de diferentes aspectos, influenciando diretamente no sabor e na qualidade do café que tomamos.

No Brasil, as espécies mais usadas para a produção do café são robusta – também conhecido como *conilon* – e arábica, de que falaremos.

O **café arábica** foi catalogado por volta de 1750 e é originário da Etiópia. A espécie corresponde a aproximadamente $\frac{3}{4}$ dos grãos produzidos em todo o mundo e é tida como a mais nobre da família dos cafés devido à sua complexidade de sabor e aroma.

O cultivo de seus grãos é feito entre 600 e 2 mil metros de altitude. A escolha de altitude impacta diretamente nas características do café, pois, quanto mais alto, maior a concentração de minerais nos grãos e mais ameno é o clima para o seu desenvolvimento, o que ajuda na acentuação de sabor, acidez e aroma do café.

O café arábica possui um sabor suave, ligeiramente ácido e naturalmente adocicado. Isso porque seus grãos possuem uma concentração de açúcares muito maior do que a do robusta. Além disso, o café arábica também possui um aroma mais suave e frutado e a concentração de cafeína em seus grãos é bem menor do que a de outras espécies de café.

Os *blends* são misturas entre diferentes espécies e variedades de grãos. Devido aos aspectos distintos encontrados no café robusta e no café arábica – e em suas variedades -, é muito comum que os produtores façam *blends* entre grãos tanto para combinar

propriedades quanto para baratear os custos de produção, já que o café arábica tem um custo mais elevado devido aos cuidados que precisa ter no cultivo.

Um café 100% arábica é produzido unicamente com variedades de grãos da espécie arábica. Esses cafés recebem a classificação de *gourmets* ou *especiais* pela ABIC (**Associação Brasileira de Indústria do Café**), que atesta o nível de pureza e qualidade dos cafés.

(Adaptado de: <https://blog.grancoffee.com.br/o-que-e-cafe-arabica/>. Acesso em: 26/07/2023.)

Questão 01

Os três enunciados abaixo (I, II e III) contêm afirmações sobre os objetivos comunicativos do texto acima. Analise-os e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA. Considere, para a resolução da questão, os conteúdos explícitos e implícitos dos enunciados do texto.

- I- O autor do texto almeja descrever e diferenciar duas espécies típicas de café produzidas no cerrado brasileiro e, para isso, aponta algumas características de ambas.
- II- O autor do texto almeja convencer o leitor a formular uma opinião favorável ou contrária ao sabor do café arábica.
- III- O autor do texto discorre sobre os efeitos positivos e negativos do clima da região que se escolhe para o plantio do café do tipo arábica.

- a) Apenas a afirmação em I está correta.
- b) As afirmações II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmação em III está correta.
- d) Nenhuma das afirmações está correta.

Questão 02

Na sentença “também é importante saber que nem toda fruta é igual”, o vocábulo “que” é:

- a) Uma preposição.
- b) Uma conjunção integrante.
- c) Um pronome relativo.
- d) Uma conjunção causal.

Questão 03

No texto, a sentença “já que o café arábica tem um



custo mais elevado devido aos cuidados que precisa ter no cultivo” tem o mesmo significado da sentença da alternativa:

- a) Portanto, o café arábica tem um custo mais elevado devido aos cuidados que precisa ter no cultivo.
- b) Pois o café arábica tem um custo mais elevado devido aos cuidados que precisa ter no cultivo.
- c) Como o café arábica tem um custo mais elevado devido aos cuidados que precisa ter no cultivo.
- d) Sem contar que o café arábica tem um custo mais elevado devido aos cuidados que precisa ter no cultivo.

Questão 04

O único pronome relativo presente na sentença “que atesta o nível de pureza e qualidade dos cafés” tem a seguinte função:

- a) Fazer menção a um nome mencionado anteriormente sem, contudo, repeti-lo.
- b) Retomar um nome mencionado anteriormente, repetindo-o.
- c) Acrescentar um nome que não fora anteriormente mencionado.
- d) Fazer menção a um nome que será mencionado posteriormente, na mesma oração.

Questão 05

Assinale a alternativa em que TODAS as palavras são acentuadas conforme o mesmo critério.

- a) Café – espécie – cafeína – também.
- b) Arábica – favorável – originário – açúcares.
- c) Espécie – indústria – Etiópia – família.
- d) Grão – concentração – também – café.

CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS

Questão 06

Se toda pessoa que não lê jornal é desinformada e nem toda pessoa que lê jornal é bem-informada, conclui-se que:

- a) Todas as pessoas que não leem jornal são desinformadas e nem todas as que leem são mal-informadas.
- b) Nem todas as pessoas que não leem jornal são desinformadas e nem todas as que leem são mal-informadas.

- c) Todas as pessoas que não leem jornal são desinformadas e nem todas as que leem são bem-informadas.
- d) Algumas pessoas que não leem jornal são desinformadas e todas as que leem são mal-informadas.

Questão 07

Sabe-se que em uma turma com 25 alunos, 15 alunos têm média 7,0 em Matemática e 10 alunos têm média 5,0 em Matemática. Assinale qual a média de toda a turma em Matemática:

- a) 6,5.
- b) 6,4.
- c) 6,3.
- d) 6,2.

Questão 08

Um paralelepípedo possui as dimensões 16 cm, 8 cm e 4 cm. A área total de um cubo que possui volume igual ao do paralelepípedo dado é:

- a) 512 cm².
- b) 320 cm².
- c) 384 cm².
- d) 256 cm².

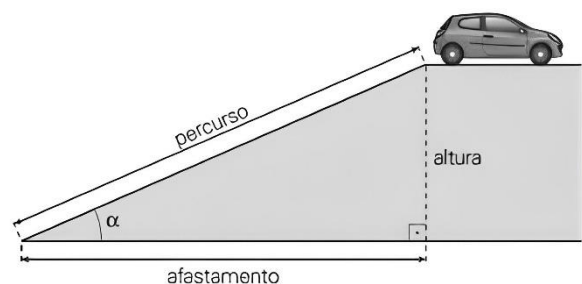
Questão 09

Se $x^2 + y^2 = 20$, $x \cdot y = 8$ e $x - y = 5$, então o valor de $x^3 - y^3$ é:

- a) 140.
- b) 135.
- c) 130.
- d) 125.

Questão 10

Observe a rampa de acesso ao estacionamento de um shopping, representada conforme a figura abaixo:





Sabendo que $\alpha = 60^\circ$ e a altura da rampa igual a 2,5 metros, então o comprimento da rampa é:

- a) $5\sqrt{3}$ metros.
- b) $5/3$ metros.
- c) $5\sqrt{3}/3$ metros.
- d) 5 metros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 11

A Lei nº 9.621/2019, que instituiu o Plano Municipal do Meio Ambiente, da cidade de Araraquara, é composta por 24 diretrizes extraídas a partir dos encaminhamentos propostos pela Conferência Municipal do Meio Ambiente. No título II - Cidade Sustentável e Participação Popular, são ações a serem implementadas, EXCETO:

- a) Incentivar parcerias público-privadas para reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e manutenção efetiva, com resposta mais rápida nas denúncias de degradação do meio ambiente.
- b) Criar programas de incentivo à utilização de energias alternativas e reaproveitamento de água, readequação dos programas já existentes e exigência dessa técnica para os novos prédios públicos e privados que surgirem.
- c) Proporcionar capacitação, facultativa ao servidor público, nas áreas de meio ambiente, agroecologia e sustentabilidade.
- d) Proporcionar incentivo do uso de bicicletas para os servidores públicos e sociedade civil.

Questão 12

Sobre o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Aproveitar praças com equipamentos de exercícios, com educadores físicos, manutenção preventiva e corretiva.
- b) Implantar no município a dispensação domiciliar de medicamentos de uso esporádico para os pacientes idosos.
- c) Criar políticas de inserção no mercado de trabalho considerando opções como expediente integral, trabalho autônomo e efetivo para a pessoa idosa.
- d) Garantir acessibilidade nos transportes público e privado, ônibus com escadas de acesso mais baixas ao nível das calçadas.

Questão 13

A Lei Municipal n.º 9.159, de 17 de janeiro de 2018, instituiu o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa. Com base nisso, assinale a alternativa que descreve de forma CORRETA uma Diretriz/Resolução da Conferência Municipal da Pessoa Idosa a qual integra essa lei.

- a) Garantir o cumprimento do Código de Acessibilidade, com fiscalização adequada e permanente, a fim de garantir a segurança e evitar a aplicação de multas ou embargos.
- b) Viabilizar recursos para aquisição de lotes e construção de moradias adaptadas às necessidades da pessoa idosa.
- c) Substituir todos os semáforos temporizados, os quais são de difícil visualização, por semáforos especiais para maior segurança na travessia do pedestre.
- d) Solicitar que as empresas de ônibus apresentem boa sinalização interna e externa nos ônibus, com indicação dos principais pontos do percurso ao lado da porta lateral.

Questão 14

A Lei Municipal n.º 9.160, de 17 de janeiro de 2018, instituiu o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Segurança Alimentar e Nutricional e para o Desenvolvimento Rural Sustentável, composto por 74 (setenta e quatro) diretrizes a partir dos encaminhamentos propostos pela I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável, que é parte integrante dessa lei. Com relação à produção dos alimentos, é CORRETO afirmar que uma dessas diretrizes é:

- a) Construir estradas rurais municipais com boas condições operacionais e de conforto, podendo-se utilizar pavimentação em pedra tosca ou similar, de forma a garantir aos produtores rurais o transporte seguro dos insumos e safras agrícolas e a preservação dos recursos naturais - especialmente a água e o solo - reduzindo os efeitos dos processos erosivos e o assoreamento dos cursos d'água.
- b) Construir bacias de captação e/ou barreiras de contenção e conservar as já existentes, para facilitar a infiltração das águas pluviais e a recarga do lençol freático.
- c) Criar um setor municipal para realizar a construção das estradas rurais, com recursos



humanos, materiais e financeiros destinados de forma exclusiva ou compartilhada para esse fim.

- d) Garantir saneamento básico na zona rural: Evitar a perfuração de poços com o intuito de promover a recarga do lençol freático, e realizar a instalação de redes de distribuição de água garantindo água potável para os moradores; construção de fossas sépticas para impedir contaminação do solo e lençol freático; instalação de cisternas para aproveitar águas da chuva.

Questão 15

A Lei Municipal n.º 9.161, de 17 de janeiro de 2018, instituiu o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paleontológico, Etnográfico, Arquivístico, Bibliográfico, Artístico, Paisagístico, Cultural e Ambiental do Município de Araraquara-SP. Acerca dessa lei, assinale a alternativa que contém uma das diretrizes relacionada à preservação do patrimônio arquitetônico.

- a) Realizar diagnóstico da paisagem natural e construída da cidade, iniciando pela área periférica em direção ao centro.
- b) Elaborar, anualmente, um conjunto de projetos relativos à conservação do patrimônio arquitetônico municipal, recurso do qual é definido em discussão nas plenárias anuais do Orçamento Participativo.
- c) Elaborar, semestralmente, um conjunto de projetos relativos à preservação do patrimônio arquitetônico municipal, recurso do qual é definido em discussão nas plenárias mensais da câmara municipal.
- d) Desenvolvimento de política de exceção para imóveis de interesse histórico e cultural, contemplando a regulamentação para: operação urbana para área de interesse e projeto de intervenção urbanística em áreas de interesse histórico e cultural.

Questão 16

A partir dos encaminhamentos propostos pela XI Conferência Municipal de Assistência Social, instituiu-se o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Assistência Social (Lei Municipal n.º 9.168/2018), composto por 40 (quarenta) diretrizes. Com relação a esse Plano Municipal, é CORRETO afirmar que:

- a) A execução do Plano Municipal de Políticas Públicas para a Assistência Social será realizada de forma gradativa, intermitente e transversal, sob a articulação da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, e as despesas com a sua execução ocorrerão por conta das dotações orçamentárias das secretarias afins, suplementadas, se necessário, e conforme a legislação em vigor.
- b) A execução de obras de investimentos serão objeto de sucessão nas plenárias semestrais do Orçamento Participativo.
- c) Uma das diretrizes desse Plano é aumentar a oferta de cursos profissionalizantes para a população de baixa renda, com critério de baixa escolaridade e focando em cursos que atendem à demanda de mão de obra do município.
- d) Uma das diretrizes desse Plano é adequar os CRAS existentes em áreas mais periféricas nos bairros e criação de novos CRAS em áreas impassíveis socialmente no município.

Questão 17

No município de Araraquara-SP, o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Cultura é descrito na Lei Municipal n.º 9.228, de 28 de março de 2018. Pode-se afirmar que faz parte desse Plano as seguintes diretrizes, EXCETO:

- a) Promover o tombamento de bens materiais e imateriais de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental.
- b) Realizar o mapeamento das iniciativas de economia criativa e solidária, formais e informais, e de seus respectivos produtos e serviços para ampla divulgação e identificação de oportunidades para a dinamização e consolidação dessas iniciativas [Mapeamento dos Artistas].
- c) Criar e organizar uma incubadora pública para estimular e apoiar a criação de novas iniciativas de economia criativa e solidária e contribuir para consolidação das existentes.
- d) Criar, organizar e estruturar espaço fixo e permanente para a exposição, a articulação e a comercialização de produtos e de serviços culturais das diversas linguagens, assim como a realização de atividades artísticas, servindo como polo multiplicador e irradiador de manifestações artísticas itinerantes [Casa do Artista].

**Questão 18**

Dentre a legislação municipal de Araraquara-SP, encontra-se a Lei n.º 10.443/2022, que institui o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Juventude. O documento prevê diretrizes que têm por objetivo assegurar direitos específicos para a juventude, como o direito à cidadania, direito à educação, direito ao trabalho e à renda, direito à saúde, direito à cultura etc. Com base nessa lei, assinale a alternativa que corresponde a uma diretriz que objetiva assegurar à juventude o direito à saúde.

- a) Criação de olimpíada interescolar com várias questões relacionadas às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) para aproximar a juventude.
- b) Acompanhamento público para mães adolescentes (por exemplo, psicológico) imediatamente após o parto.
- c) Criação de CAPES Jovem para amparar e cuidar da saúde física de jovens vítimas de acidentes ou acometidos por doenças que, de qualquer forma, prejudicaram sua mobilidade.
- d) Campanhas de atualização da Caderneta de Vacinação de Crianças e Adolescentes.

Questão 19

A Lei Municipal n.º 9.262, de 9 de maio de 2018, instituiu, no município de Araraquara-SP, o Plano Municipal de Políticas Públicas para o Combate à Discriminação e ao Racismo. O documento é composto por 22 (vinte e duas) diretrizes, a partir dos encaminhamentos propostos pela Conferência Municipal de Combate à Discriminação e ao Racismo, conforme o seu Anexo I. De acordo com a Lei n.º 9.262/2018, assinale qual item a seguir NÃO faz parte de tais diretrizes.

- a) Criar programa municipal de conscientização sobre as religiões matrizes africanas e afro-brasileiras (cartilhas, palestras, etc.).
- b) Ofertar cursos de formação na temática das relações étnico-raciais para a população em geral.
- c) Formação permanente, em serviço, para a educação das relações étnico-raciais para todos os profissionais da educação (merendeiros, equipe de apoio: administrativo, limpeza e portaria, professores, agentes educacionais, monitores, equipe gestora das escolas e Secretaria Municipal de Educação).
- d) Promover atividades específicas nos serviços de convivência voltadas para a sensibilização e atenção à diversidade sexual social e igualdade de gênero.

Questão 20

A Lei Municipal n.º 9.263, de 9 de maio de 2018, instituiu o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Mulher no município de Araraquara-SP. Com base nessa lei, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas da diretriz abaixo:

“Projeto interligado entre o _____ e o _____ para atender crianças e adolescentes que sofreram violência sexual ou presenciaram violência doméstica”

- a) Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher; Centro de Referência da Mulher.
- b) Conselho Tutelar; Centro de Referência da Mulher.
- c) Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Ministério Público.
- d) Juizado da Infância e da Juventude; Ministério Público.

Questão 21

Considerando as disposições do art. 4º, do Código Tributário Nacional, que trata da qualificação da natureza jurídica específica de um tributo, assinale a alternativa CORRETA sobre o critério que é irrelevante para qualificar essa natureza:

- a) A competência do órgão responsável pela fiscalização tributária.
- b) A denominação, mas não as características formais, estabelecida pela lei.
- c) A destinação legal do produto da sua arrecadação.
- d) A localização geográfica onde ocorre o fato gerador do tributo.

Questão 22

Com base nas disposições do Código Tributário Nacional, nos artigos 6º e 7º, que tratam da competência tributária, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

- I- A competência tributária conferida pela Constituição Federal aos entes federativos compreende a capacidade de legislar de forma plena sobre tributos, sujeita apenas às limitações constitucionais e legais.
- II- É possível a delegação da competência tributária, desde que haja autorização expressa da Constituição ou da legislação complementar, e somente para as funções de arrecadar, fiscalizar



tributos, executar leis e realizar serviços administrativos relacionados à matéria tributária.

III- Quando a receita de um tributo é distribuída, total ou parcialmente, a outras pessoas jurídicas de direito público, a competência legislativa para esse tributo pertence ao ente que receberá a receita.

IV- As limitações à competência tributária previstas no Código Tributário Nacional se aplicam somente aos Estados e Municípios, não abrangendo o Distrito Federal.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

Questão 23

O imposto de importação é um tributo federal aplicado sobre bens e mercadorias estrangeiras que são introduzidos no território nacional. Ele tem como fato gerador a entrada de produtos importados no país e é regulamentado pela Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional. Sua finalidade é controlar o comércio exterior, proteger a produção nacional e equilibrar a concorrência entre produtos estrangeiros e nacionais. Com base no art. 22, do Código Tributário Nacional, que trata dos contribuintes do imposto de importação, assinale a alternativa que apresenta corretamente quem é considerado contribuinte desse imposto:

- a) Qualquer pessoa que adquira bens importados, independentemente de seu propósito ou destino.
- b) A pessoa física que adquira bens importados para uso pessoal, excluindo-se empresas.
- c) A pessoa jurídica que realiza a exportação de bens produzidos internamente.
- d) O importador ou quem a lei a ele equiparar, além do arrematante de produtos apreendidos ou abandonados.

Questão 24

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é um tributo federal que incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóveis rurais. Ele é regulamentado pelo Código Tributário Nacional e tem como principal objetivo promover uma utilização mais eficiente das propriedades rurais, além de contribuir para a justiça fiscal e a arrecadação de recursos para o governo federal. Considerando o

que normatizam os artigos 29, 30 e 31, do Código Tributário Nacional, relativos ao ITR, analise as alternativas a seguir e assinale aquela que apresenta uma informação correta sobre o ITR:

- a) O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é de competência dos municípios e incide sobre imóveis localizados fora da zona urbana, independentemente de serem de propriedade, domínio útil ou posse do contribuinte.
- b) A base do cálculo do ITR é determinada pelo valor venal do imóvel, considerando as benfeitorias realizadas no terreno.
- c) O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado na zona urbana do município.
- d) A definição de imóvel por natureza, para fins do ITR, segue os critérios estabelecidos na lei civil e abrange propriedades rurais independentemente de sua localização.

Questão 25

Os balizamentos legais relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) são estabelecidos pelo art. 32, do Código Tributário Nacional. A respeito do IPTU, analise as alternativas a seguir e assinale aquela que apresenta uma informação CORRETA sobre o IPTU:

- a) O IPTU incide exclusivamente sobre imóveis prediais, excluindo aqueles que são caracterizados como territoriais.
- b) A alíquota do IPTU é fixa e não varia de acordo com a localização do imóvel ou sua utilização.
- c) O IPTU é de competência da União e incide sobre imóveis localizados na zona urbana dos municípios.
- d) O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza ou por acessão física, localizado na zona rural do Município.

Questão 26

A Lei Complementar n.º 123/2006, conhecida como Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estabelece normas especiais para o tratamento diferenciado e favorecido dessas empresas. Com base nos conceitos presentes no art. 1º, da referida Lei, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta sobre o escopo dessa legislação:



- a) A Lei Complementar n.º 123/2006 abrange apenas normas relacionadas à apuração e recolhimento dos impostos federais incidentes sobre as microempresas e empresas de pequeno porte.
- b) As empresas abrangidas por essa lei estão isentas de qualquer tipo de obrigação trabalhista e previdenciária, incluindo obrigações acessórias.
- c) As microempresas e empresas de pequeno porte não têm acesso a créditos ou a preferências nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, conforme essa lei.
- d) A Lei Complementar n.º 123/2006 prevê a criação de um cadastro nacional único de contribuintes.

Questão 27

O art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 estabelece os critérios de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Com base nesse artigo, analise as alternativas abaixo e assinale a que apresenta corretamente critério de receita bruta anual para enquadramento como empresa de pequeno porte:

- a) As empresas de pequeno porte devem auferir receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- b) As empresas de pequeno porte devem auferir receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- c) As empresas de pequeno porte devem auferir receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- d) As empresas de pequeno porte devem auferir receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Questão 28

O Simples Nacional é um regime tributário simplificado que abrange diversos impostos e contribuições. Com base nas disposições presentes no art. 13, da Lei Complementar n. 123/2006, analise as alternativas abaixo e assinale aquela que apresenta um tributo que NÃO é recolhido por meio do Simples Nacional:

- a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.
- b) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.
- d) Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Questão 29

O Código Tributário Nacional estabelece importantes princípios e conceitos relacionados às obrigações tributárias. Um desses conceitos cruciais é o “sujeito ativo da obrigação tributária”, que se refere à entidade responsável por exigir o cumprimento das obrigações tributárias. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que apresenta corretamente a circunstância em que uma pessoa jurídica de direito público se subroga nos direitos de outra e aplica a legislação tributária desta última:

- a) Quando a pessoa jurídica de direito público deseja criar sua própria legislação tributária.
- b) Quando a pessoa jurídica de direito público é desmembrada territorialmente de outra entidade.
- c) Quando a pessoa jurídica de direito público recebe uma autorização especial do poder executivo.
- d) Quando a pessoa jurídica de direito público é uma autarquia federal.

Questão 30

O Código Tributário Nacional dispõe sobre o crédito tributário e sua relação com a obrigação tributária. De acordo com tais disposições, assinale a alternativa que apresenta a CORRETA relação entre o crédito tributário e a obrigação tributária:

- a) O crédito tributário é completamente independente da obrigação tributária.
- b) As circunstâncias que modificam o crédito tributário não afetam a obrigação tributária.
- c) A obrigação tributária é dispensada quando o crédito tributário é modificado.
- d) O crédito tributário só pode ser modificado sob pena de responsabilidade funcional.

Questão 31

O lançamento tributário regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser objeto de impugnação do sujeito passivo, de recursos de ofício e de iniciativas de ofício da autoridade administrativa. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale, dentre as alternativas abaixo, a que contém corretamente a(s) situação(ões) em que um lançamento tributário



regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado:

- a) Apenas quando o sujeito passivo solicita a alteração.
- b) Apenas quando a autoridade administrativa decide alterar por iniciativa própria.
- c) Quando o sujeito passivo impugna, quando a autoridade administrativa decide por iniciativa própria nos casos previstos no artigo 149, do CTN, e quando há recurso de ofício.
- d) Quando a autoridade administrativa decide por iniciativa própria nos casos previstos no artigo 149 e quando há recurso de ofício.

Questão 32

O Código Tributário Nacional prevê diversas situações em que a exigibilidade do crédito tributário pode ser suspensa, ou seja, em que o pagamento dos tributos fica temporariamente interrompido. Dentre as alternativas abaixo, escolha a que corretamente apresenta a circunstância que NÃO suspende a exigibilidade do crédito tributário:

- a) Moratória.
- b) Concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- c) Parcelamento.
- d) Protocolo de Reclamação Administrativa perante a autoridade tributária.

Questão 33

A Constituição Federal estabelece as condições sob as quais a União pode instituir empréstimos compulsórios, um instrumento financeiro extraordinário. A respeito desta questão, assinale, dentre as alternativas abaixo, a que apresenta corretamente em quais situações a União pode instituir empréstimos compulsórios:

- a) Apenas para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
- b) Apenas para financiar investimentos públicos de caráter urgente.
- c) Para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, e para financiar investimentos públicos de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- d) Apenas para financiar programas sociais.

Questão 34

A Constituição Federal estabelece a competência da União para instituir diversos impostos. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta corretamente a que NÃO é base de tributação sobre a qual a União pode instituir impostos:

- a) Importação de produtos estrangeiros.
- b) Circulação de Mercadorias e Serviços.
- c) Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- d) Operações de crédito, câmbio e seguro.

Questão 35

A Lei n.º 9.393/1996 estabelece critérios para a isenção do imposto sobre a propriedade rural em pequenas glebas rurais, levando em consideração a localização geográfica. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que contém corretamente em que condições um proprietário rural estará isento do imposto sobre a propriedade rural em relação ao tamanho da gleba e sua localização geográfica:

- a) Um proprietário rural estará isento do imposto se a gleba tiver menos de 100 hectares, independentemente da localização geográfica.
- b) Um proprietário rural estará isento do imposto se a gleba tiver menos de 30 hectares e estiver localizada em municípios compreendidos no Polígono das Secas ou na Amazônia Oriental.
- c) Um proprietário rural estará isento do imposto se a gleba tiver menos de 100 hectares, mas apenas se estiver localizada na Amazônia Ocidental ou no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense.
- d) Um proprietário rural estará isento do imposto se a gleba tiver menos de 30 hectares, independentemente da localização geográfica.

Questão 36

Com base na Lei n. 9.393/1996, escolha a alternativa, dentre as abaixo apresentadas, que indica corretamente as condições que permitem a isenção do imposto sobre a propriedade rural para um imóvel compreendido em programa oficial de reforma agrária:

- a) O imóvel deve ser explorado por associação ou cooperativa de produção, a fração ideal por família assentada não deve ultrapassar os limites estabelecidos no art. 2º, da Lei n. 9.393/1996, e o assentado não deve possuir outro imóvel.



- b) O imóvel deve ser explorado por associação ou cooperativa de produção, e o assentado não deve possuir outro imóvel, independentemente dos limites de área.
- c) O imóvel deve ser explorado apenas por uma única família assentada.
- d) O imóvel deve ser explorado por associação ou cooperativa de produção e a área total do imóvel não deve ultrapassar os limites estabelecidos no art. 2º, da Lei n. 9.393/1996.

Questão 37

O art. 157, da Constituição Federal, trata da distribuição de receitas tributárias entre Estados e o Distrito Federal, estabelecendo critérios para a partilha de recursos. De acordo com o mencionado dispositivo, assinale a alternativa que corretamente elenca as receitas tributárias que pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

- a) Imposto sobre produtos industrializados (IPI) e Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).
- b) Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- c) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).
- d) O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituam e mantiverem e 20% do Imposto instituído pela União no exercício da competência atribuída pelo art. 154, I.

Questão 38

Imagine um cenário hipotético em que o Brasil enfrenta uma crise financeira significativa devido a uma guerra externa iminente. Com base no art. 154, da Constituição Federal, assinale, dentre as alternativas abaixo, a que elenca corretamente as características dos impostos extraordinários nessa situação:

- a) Os impostos extraordinários devem ser instituídos por meio de lei ordinária e não podem ser suprimidos após o fim da guerra.
- b) Os impostos extraordinários devem ser instituídos por meio de lei complementar e não podem ser suprimidos após o fim da guerra.

- c) Os impostos extraordinários podem ser instituídos por meio de lei ordinária e devem ser suprimidos gradativamente após o fim da guerra.
- d) Os impostos extraordinários podem ser instituídos por meio de lei complementar e devem ser suprimidos gradativamente após o fim da guerra.

Questão 39

A Lei Complementar n.º 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal trata do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), elenca, no art. 2º, as hipóteses de não incidência do ISS. Analise as assertivas abaixo, referentes às hipóteses ensejadoras da isenção do referido imposto, e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

- I- Exportações de serviços para o exterior do País.
- II- Prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.
- III- Valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

- a) Apenas I e II estão isentas do ISS.
- b) Apenas I e III estão isentas do ISS.
- c) Apenas II e III estão isentas do ISS.
- d) Todas as situações (I, II e III) estão isentas do ISS.

Questão 40

As alíquotas máximas e mínimas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) estão dispostas na Lei Complementar n.º 116/2003. Com base no referido instrumento normativo, assinale a alternativa que apresenta corretamente as alíquotas máxima e mínima para o Imposto em questão:

- a) Alíquota máxima de 5% e alíquota mínima de 3%.
- b) Alíquota máxima de 7% e alíquota mínima de 1%.
- c) Alíquota máxima de 5% e alíquota mínima de 2%.
- d) Alíquota máxima de 10% e alíquota mínima de 2%.

Questão 41

O art. 152, do Código Tributário Nacional, trata das condições para a concessão da moratória em relação aos tributos. Com base neste dispositivo, escolha,



dentre as alternativas abaixo, a que apresenta as modalidades de moratória que podem ser concedidas em relação aos tributos:

- a) Moratória em caráter geral e moratória em caráter individual.
- b) Moratória parcial e moratória total.
- c) Moratória simplificada e moratória complexa.
- d) Moratória voluntária e moratória compulsória.

Questão 42

O art. 156, do Código Tributário Nacional, lista diversas formas de extinguir o crédito tributário. De acordo com este dispositivo, assinale dentre as alternativas abaixo a que NÃO apresenta uma forma de hipótese legal de extinção do crédito tributário:

- a) Transação.
- b) Compensação.
- c) Dação em pagamento em bens imóveis.
- d) Decisão judicial não transitada em julgado.

Questão 43

A inscrição na dívida ativa é um procedimento legal realizado pela administração pública, que consiste em registrar formalmente uma dívida que não foi paga pelo devedor, transformando-a em um título executivo. O art. 202, do Código Tributário Nacional, estabelece requisitos para o termo de inscrição da dívida ativa. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta todos os elementos obrigatórios que devem constar no termo de inscrição da dívida ativa.

- a) Nome do devedor e dos corresponsáveis, se for o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros, a quantia devida, a maneira de calcular os juros de mora, a origem de natureza do crédito, a data em que foi inscrita e, se for o caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
- b) Nome do devedor e dos corresponsáveis, se for o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros, a maneira de calcular os juros de mora, a origem de natureza do crédito, a data em que foi inscrita e, se for o caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
- c) Nome do devedor e dos corresponsáveis, se for o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros, a quantia devida, a origem de natureza do crédito, a data em que foi inscrita e, se for o caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
- d) Nome do devedor e dos corresponsáveis, se for o caso, o domicílio ou a residência de um e de

outros, a quantia devida, a maneira de calcular os juros de mora, a origem de natureza do crédito e, se for o caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Questão 44

O imposto de exportação é uma ferramenta importante para o controle e regulamentação das exportações, além de representar uma fonte de arrecadação. Suas alíquotas e regras estão sujeitas a mudanças de acordo com as políticas econômicas e comerciais do país, visando estimular a competitividade da produção nacional e promover o comércio exterior. O art. 24, do Código Tributário Nacional, estabelece critérios para a sua base de cálculo. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que corretamente determina a base de cálculo do imposto sobre a exportação quando a alíquota é *ad valorem*.

- a) Pela unidade de medida adotada pela lei tributária.
- b) Pelo preço normal que o produto alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência.
- c) Pela alíquota específica.
- d) Pela quantidade de produtos exportados.

Questão 45

A taxa é uma espécie de tributo vinculado, ou seja, seu valor deve ser relacionado ao custo efetivo do serviço público prestado ou ao poder de polícia do Estado. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que corretamente define o poder de polícia, de acordo com o Código Tributário Nacional.

- a) Atividade econômica independente de regulamentação pelo Estado.
- b) Atividade da administração pública que não limita direitos individuais.
- c) Atividade que não exige concessão ou autorização do Poder Público.
- d) Atividade que regula a prática de atos em razão de interesses públicos, como os concernentes à segurança, à higiene e à ordem.

Questão 46

Com relação a atalhos que podem ser usados no sistema operacional Windows e versões posteriores, preencha as lacunas do texto a seguir.

Lígia usou o comando _____ para recortar um arquivo de um diretório e, logo em seguida, alternou de janelas por meio do comando _____ e pressionou o comando _____ para colar o



arquivo no novo diretório. Ao final, ela usou o comando _____ para fechar a janela.

A alternativa que apresenta as respostas CORRETAS para as lacunas, na sequência, é:

- CTRL + C; ALT + F4; CTRL + P; ALT + F4.
- CTRL + S; ALT + X; CTRL + C; ALT + F3.
- CTRL + B; ALT + SHIFT; CTRL + L; ALT + F5.
- CTRL + X; ALT + TAB; CTRL + V; ALT + F4.

Para as questões 47, 48 e 49, considere o texto e a planilha a seguir.

Maria trabalha na Secretaria de Saúde e precisa formatar uma planilha que avalia o IMC (Índice de Massa Corpórea) de alguns pacientes. A planilha a seguir, feita no Microsoft Excel, contém a altura, peso e IMC de 4 pacientes, juntamente com seu resultado (obesidade ou sem obesidade) com base no limite da obesidade, que é um IMC maior que 30.

	A	B	C	D	E
1	PACIENTE	ALTURA	PESO	IMC	RESULTADO
2	André	1,77	88,1	28,12	SEM OBESIDADE
3	Bárbara	1,65	75,3	27,66	SEM OBESIDADE
4	Célia	1,58	78,5	31,45	OBESIDADE
5	Dênis	1,85	83,2	24,31	SEM OBESIDADE

Questão 47

Assinale a alternativa CORRETA.

Para congelar a linha 1 e a coluna A da planilha simultaneamente, é preciso adotar a seguinte sequência de ações:

- Selecionar a célula B2, clicar no menu Exibição, Congelar Painéis e escolher “Congelar Painéis”.
- Selecionar a célula A2, clicar no menu Referências, Congelar Painéis e escolher “Congelar Principal”.
- Selecionar a célula B1, clicar no menu Revisão, Congelar Painéis e escolher “Congelar Linha e Coluna”.
- Selecionar a célula A1, clicar no menu Design, Congelar Painéis e escolher “Congelar Painéis”.

Questão 48

O cálculo do IMC é baseado na divisão do peso pelo quadrado da altura. Assinale a alternativa cuja

fórmula para a célula D2 está CORRETA para essa finalidade.

- $=C2/B2*2$
- $=C2/B2*B2$
- $=C2/(B2-B2)$
- $=C2/(B2*B2)$

Questão 49

As células E2 a E5 contêm uma fórmula para automatizar o resultado do paciente como “Obesidade” ou “Sem obesidade”. Assinale a alternativa cuja fórmula para a célula E3 está CORRETA para essa finalidade.

- $=SE(D3>30; "OBESIDADE"; "SEM OBESIDADE")$
- $=SE(D3>>30; OBESIDADE; SEM OBESIDADE)$
- $=SE(D3>=30 - "OBESIDADE" - "SEM OBESIDADE")$
- $=SE(D3>30, #OBESIDADE, #SEM OBESIDADE)$

Questão 50

Um exemplo de *software* malicioso bastante conhecido é o *trojan* ou Cavalo de Troia. Esse tipo de *software* recebeu esse nome por ter o seguinte comportamento:

- Envia anúncios indesejados ao usuário e janelas pop-up.
- Se instala no sistema, sem o seu conhecimento e captura e envia informações pessoais.
- Se instala no sistema, criptografa arquivos e dados do usuário e posteriormente exige um resgate por esses dados.
- Consegue se disfarçar de programas comuns para infectar o sistema, enganando usuários sobre sua verdadeira intenção.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

Questão 01

Suponha que um município tenha uma lei que proíbe a construção de edifícios com mais de cinco andares em uma determinada área da cidade, visando à preservação da paisagem e da identidade visual da região. Um cidadão, proprietário de um terreno nessa área, deseja construir um edifício de dez andares. Ele solicita uma autorização à prefeitura para realizar a



construção e alega que a limitação imposta pela lei municipal fere seu direito de propriedade.

Diante desse cenário, explique de forma detalhada, com base no conceito de “poder de polícia” e no Código Tributário Nacional, como a administração pública deve agir ao avaliar o pedido do cidadão, e se a limitação imposta pela lei municipal é legítima.

Questão 02

Considere a seguinte situação hipotética:

Um município decide realizar obras de pavimentação de uma via pública em um bairro da cidade, visando melhorar a infraestrutura local. Essas obras resultam em uma valorização imobiliária significativa na região, beneficiando os imóveis adjacentes. Em decorrência dessa valorização, o Município decide instituir a cobrança de contribuição de melhoria para custear parte das despesas das obras.

Com base no art. 81, do Código Tributário Nacional, explique de forma detalhada os seguintes aspectos:

1. Fundamento da contribuição de melhoria: explique qual é o fundamento da contribuição de melhoria, conforme o texto do art. 81, e como essa contribuição está relacionada ao custo de obras públicas que resultam em valorização imobiliária.
2. Limites da contribuição de melhoria: aborde os limites total e individual estabelecidos no texto do artigo. Explique o que significa o limite total (despesa realizada) e o limite individual (acréscimo de valor) da contribuição de melhoria em relação às obras públicas.
3. Legitimidade para instituição: explique quem tem a legitimidade para instituir a contribuição de melhoria, ou seja, quais entes federativos podem fazê-lo, de acordo com o dispositivo legal.
4. Procedimentos e critérios de cálculo: comente sobre os procedimentos e critérios que devem ser adotados para o cálculo da contribuição de melhoria em relação aos imóveis beneficiados pelas obras públicas, considerando as regras do Código Tributário Nacional.

Questão 03

Considere uma organização religiosa que possui diversos imóveis, incluindo templos, centros de estudos e residências para líderes religiosos, localizados na zona urbana de um município. Com base nas disposições normativas constantes na

Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, discorra sobre a imunidade tributária a que essa organização religiosa faz jus em relação ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Explique os critérios e as condições para a concessão dessa imunidade e como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem interpretado essa questão.



QUESTÃO 01

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	



QUESTÃO 02

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	



QUESTÃO 03

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	